



PAINEL 1 – GANHOS CONSEGUIDOS COM A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reformas Financeiras e Fiscais



Francisco **LIMA FORTES**
lima.fortes@cfaa.gov.cv

AGENDA

- 1. ENQUADRAMENTO DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL**
- 2. PRINCÍPIOS NORTEADORES**
- 3. PRINCIPAIS REFORMAS E PRINCIPAIS PRODUTOS**
- 4. GANHOS DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL**
- 5. NOVOS DESAFIOS – PRÓXIMOS PASSOS**



PALAVRAS CHAVES

Reformas Financeiras

Competitividade

Boa Governação

Serviço Ordenador

Controlador Financeiro

Transparência

Eficiência

Eficácia

Economicidade

Controlo Financeiro

PNCP

SIGOF – Sistema Integrado de Gestão Orçamental e financeira

SIM – Sistema de Informação Municipal



1. ENQUADRAMENTO DA REFORMA FINANCEIRA



ENQUADRAMENTO

“Fenómenos como a *Globalização, Crises Internacionais* e da *Sociedade do Conhecimento* introduziram complexidades e um certo **dinamismo na economia**, pondo em causa a eficiência das instituições para incentivar as mudanças necessária de comportamento para acompanhá-los.”

Ser competitivo tornou-se um imperativo!

- **Para o Economia**
- **Para o Sector Publico**
- **Para o Sector privado**



ENQUADRAMENTO

- ❖ **Cabo Verde cedo compreendeu da necessidade de:**
 - **Funcionar em rede**
 - **Introduzir inovação nas políticas de Modernização da Administração Financeira do Estado – Inovação como mudança de paradigma**
 - **Transformar dados em informação e passar da informação ao conhecimento**
 - **Aplicar o conhecimento na prestação de serviços partilhados na administração Pública**
 - **Introduzir Tecnologias de informação e conhecimento como pontos de passagem obrigatórios para a Modernização**



ENQUADRAMENTO - EIXOS DE MUDANÇA

Desenvolvimento de uma cultura centrada no Cidadão/Contribuinte/utente



Reengenharia de processos com criação de valor

Estratégia tecnológica alinhada com a de negócio



ENQUADRAMENTO - OBJECTIVOS

Nomeadamente

- ❖ **Aumentar a eficácia e eficiência da actividade da administração financeira com reflexos nas condições e no desempenho de funções de interacção do estado com o cidadão e com os agentes económicos**
- ❖ **Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos ao desenvolvimento da actividade económica**
- ❖ **Promover o uso intensivo das Tecnologias de informação promovendo uma administração em rede**
- ❖ **Qualificar a prestação do serviço publico com foco nos funcionários que lidam com cidadão e empresas**



2. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA REFORMA FINANCEIRA



PRINCÍPIOS

- ❖ “ Fazer com que a Administração Financeira Pública Cabo-verdiana se oriente pela **Prossecução do Interesse Público, Legalidade, Transparência, Responsabilização, Controlo Financeiro, Separação e Segregação de Funções**
- ❖ **Utilização do ciclo de gestão – Na Gestão das Finanças Publicas**
- ❖ **Alinhamento com a Agenda da Reforma do Estado**



Boas praticas em Transparência fiscal

Categoria	Princípios
Definição clara dos papéis e responsabilidades	Distinção entre o sector do Governo e o resto do sector público
	Distinção entre o sector público e a economia
	Definição clara e divulgação pública das políticas e das responsabilidades dos gestores do sector público
	Enquadramento legal, regulatório e administrativo claro e aberto da política fiscal
Processos de orçamento abertos	Definição e aplicação de um calendário para a elaboração do orçamento
	Orientação da definição do orçamento por objectivos de política macro-económica e fiscal bem definidos
	Definição de procedimentos claros para a execução, monitorização e reporting do orçamento
Disponibilização pública da informação	Fornecimento público de informação sobre projectos fiscais passados, actuais e previstos e sobre os principais riscos fiscais
	Apresentação da informação fiscal num modo que facilita a análise das políticas e promove a responsabilização
	Publicação atempada da informação fiscal
Garantias de integridade	Cumprimento de padrões de qualidade pelos dados fiscais
	Vigilância interna efectiva das actividades fiscais
	Avaliação independente da informação fiscal

3. PRINCIPAIS REFORMAS E PRINCIPAIS PRODUTOS



Principais Reformas

Planeamento Seguimento & Avaliação

- ❖ Elaboração do DECRP I e DECRP II (Documento de Estratégia Crescimento e Redução da Pobreza)
- ❖ Proposta de Ante-projecto de Lei de Desenvolvimento das Bases do Sistema de Planeamento
- ❖ Módulo do M&E no SIGOF e Sistema de Seguimento e Avaliação em curso
- ❖ Avaliações Externas regulares, da Gestão das Finanças Publicas (CFAA, CPAR, Revisão das Despesas Publicas, PEFA, FMI, GAO)



Principais Reformas

Gestão Orçamental e contabilidade Publica

- ❖ Elaboração da Nova Lei de bases do Orçamento
- ❖ Introdução dos Quadros de Despesas de Médio Prazo – QDMP
- ❖ Desconcentração da Elaboração do Orçamento – para os Serviços Ordenadores e Produção do Manual de procedimentos

- ❖ Elaboração do Regime Financeiro e da Contabilidade Publica
- ❖ A adopção de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira – SIGOF
- ❖ Elaboração de Novos classificadores Orçamentais
- ❖ Elaboração do PNCP – Plano Nacional de Contabilidade Publica (dimensão Orçamental, Patrimonial, Analítica e Contingencial)
- ❖ Recuperação das Contas do Estado atrasados desde 1998 e Normalização da sua elaboração e entrega ao Parlamento



Principais Reformas

Gestão Orçamental e contabilidade Publica

- ❖ Consolidação das Contas Públicas, com maior enfoque nos Serviços e Fundos Autónomos e Institutos Públicos (Administração indirecta do Estado)
- ❖ Implementação do Serviço Ordenador de Despesa e Receita
- ❖ Desconcentração da execução orçamental para os serviços ordenadores
- ❖ Nomeação dos Controladores Financeiros
- ❖ Automatização da Contabilidade Patrimonial no SIGOF
- ❖ Criação do Modulo de Gestão de Recursos Humanos consolidação da Base de Dados de RH e desconcentração do Processamento dos salários
- ❖ Integração dos familiares dos agentes da administração pública no regime dos trabalhadores por conta de outrem quanto aos cuidados de saúde e prestações imediatas;



Principais Reformas Gestão do Tesouro

- ❖ Automatização dos Planos de Tesouraria
- ❖ Ligação do Tesouro ao BCV (em negociação)
- ❖ Telecompensação de cheques até um determinado montante
- ❖ Introdução do software de gestão da dívida Pública - CSDRMS
- ❖ Desenvolvimento do mercado de Títulos da Dívida Pública (actualização da legislação)
- ❖ Bonificação das Taxas de Juros (actualização da legislação e auditoria aos bancos)
- ❖ Bancarização do Tesouro – (Racionalização das Contas, gestão de contas especiais e contas das instituições)
- ❖ Implementação do Núcleo de controlo do Sector Empresarial do Estado
- ❖ Reforma legislativa do SEE (lei sobre o sector empresarial do estado aprovado, Estatuto do Gestor Público, princípios de bom governo)
- ❖ Desenvolvimento de Software para controlo financeiro das empresas do SEE
- ❖ Inventariação dos Passivos contingentes do SEE
- ❖ Inventariação dos Avais e Acordos de Retrocessão



Principais Reformas

Património e Contratação Pública

- ❖ Implementação de Nova Organização da DGPE
- ❖ Criação do Modulo de Gestão de Activos incluindo o cadastro
- ❖ Início de inventariação dos Bens Moveis e imóveis do Estado
- ❖ Inventariação das Viaturas do Estado
- ❖ Lei das Aquisições Publicas
- ❖ Criação dos instrumentos Legais das Aquisições Publicas
- ❖ Instalação e operacionalização da ARAP – Agencia Reguladora das Aquisições Publicas
- ❖ Preparação para instalação das UGAs – Unidade de Gestão das Aquisições



Principais Reformas

Contribuição e Impostos

- ❖ Introdução do IVA e elaboração dos respectivos regulamentos e supressão de numerosas taxas arrecadadas pela DGA
- ❖ Produção de novos Códigos: Código Geral Tributários; de Processo Tributário; das Execuções Tributarias; código do Imposto de Selo e Código de IUR
- ❖ Revisão dos escalões e bordos do IUR
- ❖ Abaixamento da Taxa do IUR para as pessoas singulares e para as Empresas (Pessoas Colectivas)
- ❖ Introdução do Novo NIF – Numero de identificação Fiscal
- ❖ Capacitação institucional a nível dos Serviços Centrais e das 15 RF's
- ❖ Ligação das RF's a rede geral informática do Estado



Principais Reformas Contribuição e Impostos

- ❖ Desenvolvimentos informáticos de automatização dos Processos e Serviços, de atendimento e Cobrança de Receitas do Estado, através do SIGOF;
- ❖ Desenvolvimento do Cadastro e identificação dos contribuintes (SIGOF e Cartões Contribuintes)
- ❖ A introdução da Conta Corrente do contribuinte no SIGOF
- ❖ Recuperação automatizada do registo das Dividas dos Contribuintes;
- ❖ Desmaterialização, com a digitalização dos documentos e suportes;
- ❖ Desenvolvimento da funcionalidade de Análise e Previsão da Receita;
- ❖ Desenvolvimento da funcionalidade de Gestão do acompanhamento dos contribuintes



Principais Reformas Administração Aduaneira

- ❖ Informatização da totalidade das Casas Fiscais, conexão à rede do Estado
- ❖ Instalação da versão 3 e posteriormente versão 1.18b do SYDONIA++.
- ❖ Informatização da gestão dos Pedidos de Levantamento
- ❖ Implementação da nova Pauta Aduaneira
- ❖ Implementação do regime do Transito Nacional das mercadorias
- ❖ Criação da aplicação informática para a gestão dos processos de bagagens
- ❖ Instalação da Delegação Aduaneira de Sal-Rei na Boavista;
- ❖ Instalação da nova interface de comunicação (VPN) dos utentes externos das Alfândegas (Despachantes, Agências e Companhias de transporte;



Principais Reformas Administração Aduaneira

- ❖ Apresentação e preparação do projecto de implementação do SYDONIA World;
- ❖ Preparação dos requisitos necessários para a gestão conjunta dos armazéns (Alfândegas e ENAPOR).
- ❖ Adopção do NIF nas declarações aduaneiras:
- ❖ Criação da interface DGA / DGCI
- ❖ Eliminação do Verbete de Contribuição Industrial
- ❖ Integração do tratamento preferencial aos produtos originários da CEDEAO
- ❖ Adaptação de novos formulários dos serviços aduaneiros
- ❖ Controlo dos Entrepósitos aduaneiros



Principais Reformas Sistema de Controlo

- ❖ Nomeação dos Controladores Financeiros
- ❖ Reforço das capacidades da IGF (mais inspectores, Formação, Equipamentos)
- ❖ Reforço das capacidades do Tribunal de Contas (Formação dos núcleos da conta geral do Estado e dos municípios; equipamentos)



Principais Reformas Contabilidade Sector Privado

- ❖ Criação de Comissão Nacional de Normalização Contabilística - CNNC
- ❖ Criação do SNCRF – Sistema de Normalização contabilística e Relato Financeiro
- ❖ Publicação de toda a legislação referente ao SNCRF



4. GANHOS DA REFORMA FINANCEIRA E FISCAL



Ganhos Organizacionais

Melhoria na
Gestão das
Finanças
Publicas

**Aumentar a qualidade da despesa
Publica**

**Melhorar a gestão das Receitas
Publicas**

**Maior transparência das contas
Publicas**

**Maior transparência na gestão do
Património Publico**

**Maior transparência nas aquisições
Publicas**

Celeridade nos Processo

**Diminuição dos prazos médios de
Pagamento**

Melhoria do Atendimento ao cidadão

**Aumento da capacidade de Mobilização
de Recursos para o Orçamento**



Ganhos na Competitividade

- ❖ Diminuição dos Prazos de pagamentos aos Fornecedores
- ❖ Mais recursos para dinamizar a economia
- ❖ Fiscal
 - Simplificação do Imposto s/consumo (IVA)
 - Criação do Tribunal Fiscal e Aduaneiro
 - Reformulação da Legislação do Imposto de Selo evitando a dupla tributação
 - Estabelecimento de convenções de tributação com outros países
 - Melhoria no atendimento e acesso a Administração Fiscal e Aduaneira
 - Introdução de Isenções e benefícios Fiscais
 - Abaixamento das taxas do IUR
 - De 35% para 30% (MV) e de 35% para 20% (ME) 2002
 - De 30% para 25% (MV) e de 20% para 15% (ME) 2008/9



5. NOVOS DESAFIOS – PRÓXIMOS PASSOS



Novos Desafios

- ❖ Continuar com as Reformas Financeiras com a operacionalização do PAGFP – Plano de Acção de Gestão das finanças Publicas
- ❖ Elaboração de um código de incentivos e benefícios fiscais
- ❖ Empenhar na redução dos “**custos públicos de contexto**” que provocam constrangimentos aos agentes económicos
- ❖ Contribuir para **melhorar o ambiente de negócios** em Cabo Verde e cumprimento das metas do Doing business para 2010



OBRIGADO

Francisco **LIMA FORTES**
lima.fortes@cfaa.gov.cv

